

PRÁTICAS EDUCATIVAS E APRENDIZAGENS FORMAIS E INFORMAIS: ENCONTROS ENTRE CIDADE, ESCOLA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Bravo Nico

Universidade de Évora

1. INTRODUÇÃO

Aprendemos em qualquer circunstância. Aprendemos na circunstância da família, com a mãe, com o pai, com os irmãos, com os avós, com as tias, com os tios, com as primas, com os primos...Aprendemos na circunstância da rua. A rua é a sociedade a fluir. A rua é o exterior da família. Entre a família e a rua há, continua a haver, uma linha de fronteira. A família é um mundo, mas a rua é um mundo outro, imenso, complexo, temeroso, fascinante. Se tirássemos a cada um de nós o que aprendemos, até hoje, na rua, que ficava?¹

A aprendizagem não tem fronteiras físicas, sociais, culturais ou institucionais. Na realidade, os conhecimentos que acumulámos, as capacidades e competências que edificámos ou as atitudes que desenvolvemos são o resultado dos episódios de aprendizagem que, ao longo de toda a nossa vida e em todas as suas dimensões, vamos concretizando.

Como se pode inferir da citação que efectuámos de Patrício (2004), o que somos resulta daquilo que aprendemos em todas as circunstâncias vitais, das quais fazem parte ambientes de aprendizagem de características muito diversas. Desde os ambientes de aprendizagem mais informais, que são próprios do complexo contexto social em que existimos – com todas as circunstâncias de contacto humano, mais ou menos estruturado, que ocorrem quotidianamente –, até aos ambientes de aprendizagem mais formais, próprios das instituições que assumem a aprendizagem como o objectivo fundamental da sua actividade.

Na realidade, aprender não é um comportamento exclusivo dos ambientes escolares. Muito pelo contrário, pois basta observar, com atenção, a realidade em que vivemos, para identificarmos exemplos, extraordinariamente criativos e eficazes, de aprendizagem concretizados por indivíduos e comunidades cuja relação com a educação

¹ Patrício, M. (2004: 13).

escolar é frágil ou, em alguns casos, inexistentes. Por outro lado, verifica-se, hoje, um fenómeno de sentido inverso: à medida que os níveis de escolarização dos indivíduos aumentam e os respectivos níveis de aprendizagem formal se vão estruturando e sedimentando, estes vão procurando ambientes de aprendizagem menos institucionais e mais individualizados, realidade que hoje vai sendo, crescentemente, facilitada pela inovação tecnológica e pela menor dependência dos processos de aprendizagem da presença física dos indivíduos em espaços e tempos físicos de aprendizagem.

2. ALGUNS VÉRTICES DAS APRENDIZAGENS QUOTIDIANAS

i) Porque se aprende?

Aprendemos porque queremos, podemos e decidimos.

Querer, Poder e Decidir são os três principais pilares em que se funda o processo de aprendizagem. De facto, de acordo com Berbaum (1992), só aprende quem decide aprender, sendo que esta opção só será verdadeiramente real se, anteriormente a ela, estiverem reunidas duas condições básicas: querer e poder aprender.

Decidir aprender significa exercer, de forma autónoma e livre, um direito: o **direito de aprender**. Só exerce o seu direito à aprendizagem quem é livre de o decidir e não se encontrar incapacitado ou impedido de o concretizar.

O que resulta desta reflexão é que, ainda hoje, o exercício do Direito à Aprendizagem não se encontra, universalmente garantido, particularmente no que aos ambientes formais e escolares diz respeito.

De facto, muitos indivíduos não têm acesso aos sistemas educativos dos países em que residem e muitos trabalhadores não têm oportunidade de realizar formação adequada ao seu desempenho profissional. Milhões de pessoas, em todo o mundo, continuam analfabetas durante toda sua existência e muitos outros milhões exercem, durante todos os ciclos da respectiva carreira profissional, actividade laboral em condições em que a qualificação e a formação não fazem parte do seu quotidiano.

Nestas condições, em que o acesso e a permanência nos contextos formais de aprendizagem são frágeis e intermitentes – quando não são simplesmente inexistentes –, os ambientes não formais e informais de aprendizagem assumem-se como as únicas alternativas disponíveis para a realização, em condições obviamente mais desvantajosas e desiguais, do direito à aprendizagem. É nestas circunstâncias que é duplamente importante o papel das instituições da sociedade civil e das redes comunitárias de natureza social, na construção local de um ambiente de aprendizagem, alternativo coerente e sistémico, que possibilite aos indivíduos o acesso a oportunidades de formação e educação que promovam a sua qualificação individual e a da comunidade a que pertencem. A este propósito, apresentamos o caso da Escola Comunitária de São Miguel de Machede (em Portugal), instituição onde trabalhamos, cívica e voluntariamente, há uma década (Nico, 2006).

ii) O que se aprende?

Aprendemos tudo.

Aprendemos a cultura humana global e a cultura local construída e disponibilizada pelo território físico e social onde vivemos; a cultura em que crescemos e a cultura daqueles com quem nos encontramos, ao longo da vida; a minha cultura e a cultura do outro.

É no encontro entre as aprendizagens concretizadas nos ambientes formais – de natureza menos territorializada, com um cunho menos local e sendo o resultado da decisão dos grupos culturalmente dominantes – e as que são realizadas nos contextos não formais – que decorrem mais das características físicas, sociais e culturais dos territórios em que vivemos – que resultará o perfil dos conhecimentos que construímos, das competências que desenvolvemos ou das atitudes que manifestamos.

Ambas as dimensões são fundamentais na edificação da nossa personalidade e na determinação da nossa infra-estrutura cognitiva e afectiva.

Neste contexto, torna-se fundamental que a Escola acolha, no seio da sua proposta curricular, os contributos de todas as fontes que podem e devem concorrer para uma adequada formação humana, técnica, artística e moral dos indivíduos. **É nesta postura de humildade curricular que a Escola pode contribuir para uma, dinâmica**

e justa, osmose entre o conhecimento formal e oficial e o conhecimento local, normalmente de matriz não formal ou informal; entre o património disponibilizado pelos manuais escolares e o que resulta da actividade científica de identificação, recolha e caracterização do que existe no contexto local; entre a técnica que os dispositivos didácticos certificados encerram e aquela que decorre da actividade humana própria do local e das suas circunstâncias.

iii) Como se aprende?

Aprendemos de todas as formas possíveis.

Não só o carácter individual da arquitectura cerebral determina a singularidade e exclusividade do processo de aprendizagem de cada um (Damásio, 1995; Caldas, 2002), como também a peculiaridade da circunstância vital de cada um concorrem para a existência de múltiplas formas de aprendizagem, numa variedade que hoje é, cada vez mais, uma evidência incontornável.

Por outro lado, a técnica e a tecnologia, nomeadamente as novas formas de acesso e utilização da informação, mudaram, para sempre, a forma como cada indivíduo se apropriou das suas aprendizagens. Actualmente, a presença física em determinados local e tempo já é uma condição necessária para realizar aprendizagens. De facto, são crescentes e cada vez mais frequentes, as situações em que os indivíduos aprendem com recurso às chamadas Tecnologias da Informação e da Comunicação, facto que tem concorrido para duas realidades simultâneas: a crescente exclusão de quem não tem acesso a essa plataforma tecnológica e a tendência de crescente isolamento relacional de quem a elas recorre frequentemente.

Tornar a tecnologia uma ferramenta que promova o Direito à Aprendizagem, utilizando-a como facilitadora do contacto do indivíduo com o mundo de hoje de outras épocas, tornando-a um veículo de maior contacto humano e de mais fácil participação cívica e social é um desafio que hoje se coloca a uma Escola socialmente responsável que estende a sua acção não só aos que nela aprendem, mas também aos que, no seu exterior, reclamam o seu direito a nela entrar.

iv) Onde se aprende?

Aprendemos em todos os lados e em todas as circunstâncias.

Como já anteriormente referimos, a aprendizagem é cada vez menos prisioneira dos contextos físicos limitados, das palavras escritas nos manuais ou da acção orientada dos dispositivos didácticos.

Nunca como na actualidade existiram tantas oportunidades de aprendizagem nos mais diversificados contextos em que cada indivíduo se movimenta. No entanto, apesar desta disponibilidade diversificada, nem todas as aprendizagens realizáveis se encontram em condições de, apesar de qualificarem o indivíduo, concorrerem para uma certificação, formal e socialmente, reconhecida e consequente de quem as concretiza. É aqui que, novamente, a Escola deve receber, reconhecer, validar e certificar, no seu seio, as aprendizagens realizadas pelos indivíduos, nos seus percursos pessoais, profissionais e cívicos.

Assumir a Escola como uma oportunidade de, não só realizar aprendizagens, mas também de reconhecer aprendizagens que não ocorreram no seu seio, significa atribuir uma nova geometria axiológica e social ao conceito de Escola e assumir esta definitivamente como o ponto de encontro e de diálogo entre as aprendizagens formais e as não formais. Significa assumir a Escola como a plataforma onde as aprendizagens nascem, se desenvolvem e saem para a vida e também onde aquelas aprendizagens que nasceram e se desenvolveram na vida vêm, para ganharem uma relevância formal equivalente às primeiras. Esta Escola seria aquela que promoveria a Igualdade de Oportunidades no seio de todas as Aprendizagens.

Promover a Igualdade de Oportunidades e a Igualdade de Dignidade de todas as Aprendizagens – independentemente do local e das circunstâncias onde nasceram e se desenvolveram – é assumir a Igualdade de Dignidade para todas as Culturas.

v) Com quem se aprende?

Aprendemos com todos: uns com os outros.

A certeza que temos é que o futuro irá conduzir-nos a sociedades cada vez mais heterogéneas, nas quais a cultura será o resultado do encontro de muitas culturas. A Escola traduz, na actualidade – e continuará a fazê-lo no futuro – esta potencial diversidade e a transculturalidade (VER-----) daí decorrente.

Aproveitar as diferenças que todos temos uns dos outros – consequência das diferentes idades, circunstâncias económicas, sociais e culturais, origens, religiões, ideais, etc. –, entendendo-as como oportunidades de potencial encontro e construção de novos patamares de pensamento e de representação do mundo é o único caminho a percorrer. Até porque é o caminho mais inteligente e o que maiores benefícios trará a toda a humanidade, numa perspectiva de desenvolvimento, humana e ambientalmente, sustentável.

Aprender a viver com os outros, em Paz e em Parceria activa e responsável é uma das grandes finalidades da Escola de todos os tempos (Morin, 2000).

Uma boa Escola, tal como uma boa Cidade é aquela que acolhe todos e todas as diferenças, transformando essa diversidade na sua maior riqueza.

vi) Aprender a favor do quê?

Aprendemos a favor dos Ideais e dos Valores em que acreditamos.

A Democracia funda-se no respeito pelas diferenças. São, pois, legítimas todas as leituras e representações da realidade que decorram directamente dos nossos sistemas axiológicos e das nossas convicções. A Escola deve, por isso, contribuir para a remoção de todas as barreiras, físicas, sociais e culturais que impeçam essa Liberdade de Afirmação e Expressão Individual, nos planos axiológico e político.

3. EM JEITO DE CONCLUSÃO...

A Escola deve ser, na actualidade, um lugar de chegada e de partida. Como se fosse um largo, da forma como Manuel da Fonseca (escritor português) o entendia: um largo que foi sempre um espaço de aprendizagem onde se aprendia quase tudo, com quase toda a gente, em quase todo o tempo e de todas formas. Uma aprendizagem com uma geometria própria de quem possui uma disponibilidade e uma vontade próprias de quem gosta de aprender no convívio com o outro, numa nova interpretação da Vizinhaça típica dos largos das aldeias, das vilas e das cidades de tempos que vão passando.

Nesta Escola, espaço e tempo de encontro entre as diferenças humanas, de natureza biológica, social e cultural, confluem hoje aprendizagens construídas em contextos muito diversos que se entrecruzam e se devem enriquecer.

A Escola, tal como a Cidade, deve ser um momento de Liberdade e de construção de uma Identidade. A diferença, a heterogeneidade, a diversidade, o contraditório são circunstâncias que abrem oportunidades de comparação e de afirmação de uma singularidade pessoal e comunitária.

Aprender contribui para aquisição da capacidade de querer, poder e decidir a própria vida. A Escola deve contribuir para essa fundamental Liberdade.

Referências Bibliográficas

Berbaum, J. (1992). *Desenvolver a Capacidade de Aprender*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus;

Castro-Caldas, A. (2002). *O Cérebro Analfabeto. A influência do conhecimento das regras da leitura e da escrita na função cerebral*. Lisboa: Bial;

Damásio, A. (1995). *O Erro de Descartes - Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Lisboa: Publicações Europa-América;

Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília: Cortez Editora;

Nico, B. (2004). “A Educação no *epicentro* do desenvolvimento local: o caso da freguesia de São Miguel de Machede”. in *Actas do III Simpósio sobre Organização e Gestão Escolar – Políticas e Gestão Local da Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 323-327;

Nico, B. (2006). “Quando o nosso futuro também é uma questão nossa”. in *Memória Alentejana*. nº 19/20. pp. 69-71

Patrício, M. (2004). “Aprender na Escola do Alentejo”. in José Nico et al. (Orgs.). *II Encontro Regional de Educação – Aprender no Alentejo*. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. pp.13-16;